

Ivaldo Gehlen

Sociólogo, professor do Departamento
de Sociologia e do PPG Sociologia da
UFRGS.

Noções e Ambigüidades sobre o Trabalho dos Agricultores Familiares nos Complexos Agroindustriais

I – A Categoria Trabalho–tempo

O processo produtivo, as formas e relações de trabalho de importantes segmentos da agricultura, se adaptaram à racionalidade industrial ou moderna, nas últimas décadas. Isto contribui fortemente para que o “modo de vida” rural aos poucos se identifique com o “modo de vida” urbano, pela racionalidade de direcionar a prática e o pensar, pela referência cultural, pelo acesso aos serviços e pela relação com o consumo. É nesta perspectiva que se recria a identidade e a cidadania dos agricultores, recriando-se em consequência, formas de afirmação (lutas) dos

agricultores e novas categorias de análise (hipóteses e teorias) pelos estudiosos do assunto. Os impactos sociais das transformações na produção agrícola interferem profundamente nas relações trabalho *versus* tempo *versus* produtividade *versus* tecnologia, entre outros.

A categoria *trabalho*, enquanto questão específica da sociologia, possui uma interface com o tema principal da pesquisa que é a “*construção e desconstrução de identidades dos agricultores familiares no contexto agroindustrial*”. A sociologia de maneira geral e a da agricultura em particular pouca ou nenhuma atenção tem dado a ela¹, sob o enfoque aqui abordado. A

investigação privilegia os atores sociais que interagem nos segmentos da produção agropecuária e da transformação, nas cadeias agroindustriais alimentares (segmentalizadas pela geração de insumos e produção e equipamentos, produção agropecuária, transformação, distribuição e consumidor), principalmente os agricultores familiares (constituídos por uma tipologia² diversificada entre o empresarial moderno e o tradicional), os agroindustriais e o consumidor enquanto interveniente neste âmbito de relações. Busca-se analisar as mudanças sócio-culturais resultantes do processo de inserção na cadeia anteriormente referida, os conflitos nas “novas” relações que

¹ Os estudos a respeito tratam basicamente da questão da proletarianização da força de trabalho na agricultura capitalista e de alguns aspectos da divisão social e/ou técnica do trabalho na agricultura familiar. Há, portanto, um vazio a ser ocupado pela sociologia da agricultura brasileira, no resgate de seu compromisso com o objeto.

² No sentido sociológico, significa pertença de atores sociais à uma condição social em relação à outros atores e condições sociais. Esta pertença é definida pela concepção geral ou visão de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com os outros e com a natureza, pelos sistema de trabalho e de produção, pelo espírito religioso e pelo sistema de reprodução biológica e social.

estabelecem e as implicações para a identidade profissional e social.

Para estas reflexões, o recorte privilegia dentre os produtores familiares apenas os tipos *colono*, um produtor moderno³ de mercadoria e de subsistência e o *caboclo*, produtor tradicional de subsistência. Para situar melhor no contexto conceitual, é necessário incorporar na análise os tipos latifundiário e empresário capitalista. Cada um tem um conceito específico a respeito de trabalho, com implicações na sua prática de classe em relação ao que se poderia chamar de *mundo do trabalho* e que no caso do meio rural passa necessariamente pela questão política e social da terra, além do trabalho humano.

O conceito de *trabalho* é diferente segundo as diferentes culturas e segundo os modos de produção históricos. No ocidente, verifica-se uma evolução na concepção de seu significado. No mundo greco-latino, o trabalho era um obstáculo à realização das pessoas, por isso era executado principalmente pelos “não-cidadãos”. Na civilização cristã medieval, afirma-se a noção de que é um sofrimento

resultante da maldição “bíblica” do pecado original. Trabalhar manualmente é tarefa árdua e esta penosidade é amenizada por dias de folga, santificados ou feriados, que no séculos XIV e XV na Europa chegavam a quase um terço. A ascensão da burguesia atribuiu ao trabalho um conceito “positivo”, o meio de sucesso e de realização pessoal. Aos poucos reduz os dias feriados a praticamente zero, salvo o domingo, sob a alegação de que eram causa de pobreza (argumento econômico) e de desordem (argumento moral). A industrialização atribuiu, portanto ao trabalho, uma centralidade econômica (a pobreza resulta do não trabalho, ou do pouco trabalho, a riqueza do inverso) e ética, característica valorativa de moderno e impôs uma nova gestão do tempo.

“No coração desta mutação qualitativa está o tempo restringido, imposto pelo produtivismo, primeiro na Inglaterra, depois sobre todo o continente. O divórcio entre tempo de trabalho e tempo livre se somou àquele entre lugar de trabalho e domicílio. A hora de trabalho tornou-se aos poucos a unidade de referência, depois a medida de

produtividade, simbolizada em seguida pelo relógio que vela à porta de entrada das usinas” (Neufville, 1996 p. 46, tradução livre para este texto).

Estas duas mudanças – atribuição ao trabalho como centralidade ética e econômica e ao tempo como gestor da produtividade do trabalho – geram efeitos profundos, indelévels e diferenciados sobre as diversas classes sociais e/ou grupos específicos. Assim, no meio rural interferem na definição dos atores sociais coletivos e nas suas respectivas identidades profissionais.

II – Trabalho, Tempo, Terra e Classe Social

Os conceitos de *trabalho*, *tempo* e *terra* se articulam intimamente, vinculados ao de classe social. Com base em pesquisas realizadas nos Estados do Sul do Brasil, pode-se construir uma tipologia composta por cinco formas diferentes de concepções e de combinação desses três fatores.

1) **Latifundiário.** O trabalho é prestação de serviço. Os que tra-

• • • • •
³ Bruno Jean conceitua com clareza este agricultor moderno: “O agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma triplíce identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. O agricultor também aparece como um homem de negócios, como um empresário privado; possui seus meios de produção, isto é, as terras, as máquinas, as benfeitorias, os animais, etc. (...) De fato, aí está um empresário que continua produzindo mesmo não tirando vantagem, pior ainda, que aumenta o volume de sua produção quando os preços baixam (...), ou ainda, que continua exercendo sua atividade apesar de deficitária no plano contábil. Finalmente, o agricultor moderno é também, e talvez antes de qualquer coisa, um trabalhador; e um dos últimos trabalhadores autônomos dirão com nostalgia certos socialistas utopistas e autogestionários. (...) A produção agrícola é transformada por uma indústria agroalimentar importante, dinâmica, inovadora, tecnologicamente sofisticada e que criou muitos empregos assalariados. Mas no que concerne à produção agrícola propriamente dita, ela permanece uma realidade pelo fato dos agricultores trabalharem por conta própria com sua família (Jean, B. 1994 : 53). Cf também, Lamarche, H 1994 e 1993 (org.)

balham em seus domínios lhe prestam serviço e submissão absoluta em troca de sobrevivência, proteção e segurança. O senhor é dono do tempo e do espaço.

A terra é patrimônio, *fonte de poder* personalizado e meio *especulativo*. A condição de *dono* atribui legitimidade para exercer o poder absoluto sobre o patrimônio terra, pessoas e bens (benfeitorias, produção, infra-estrutura). Expande a noção patrimonialista de poder para a política, subordinando o poder público e o Estado a seus interesses.

2) **Burguês capitalista.** O trabalho é concebido como gerador de riqueza e seu valor está ligado ao tempo. A diminuição do tempo de trabalho pela intensificação de tecnologia, energia de fora e capacitação do trabalhador faz com que se obtenha mais produtividade ou mais produção, que significa lucro e possibilidade de acumulação. Foi a noção burguesa, como enunciado acima, que rompeu com uma espécie de “civilização do ócio” que se construiu no final do período medieval. A ruptura desta tradição deu-se em meio a conflitos com os servos, os senhores e a Igreja. Ruptura necessária para impor a submissão à racionalidade produtivista industrial.

A terra é *fonte ou meio de geração de riqueza* pelo trabalho, gerando *acumulação*. Para isto, amplia o conceito de subordinação do *tempo de trabalho* da força de trabalho alheia, como assalariada. Combina intensidade tecnológica,

apropriação de trabalho alheio e especulação sobre preços dos produtos-mercadoria e da terra-mercadoria.

3) **Agricultor familiar moderno** (no sul denominado *colono*). Trabalho é *meio* e de certa forma *fim* da reprodução da vida familiar e social. O trabalho subordina e dá sentido ao tempo. Mais tempo trabalhando e maior quantidade de trabalho (força familiar) resulta em mais produção, melhorando as condições de reprodução familiar e social (= qualidade de vida). O uso de técnicas tradicionais e de energia interna (sistema sustentável) impede um salto de competitividade e de acumulação, mas não impede que seja produtor para o mercado. Nesta perspectiva, o trabalho “dignifica” o ser humano por si só. Logo, quanto mais (tempo) trabalhar mais digno e honrado. Somente o trabalho, a religião e o descanso (como recomposição de energias para o trabalho) tem legitimação social.

A terra é um *espaço e lugar de trabalho*, é patrimônio familiar, condição de afirmação da identidade sócio-cultural e de realização da identidade profissional e de exercício da cidadania plena. Esse patrimônio significa mais do que a terra física, são as redes construídas, a inserção local, o prestígio ético e moral do nome, a religião, etc. Patrimônio necessário para através do *tempo de trabalho* produzir e reproduzir a família e a *vida* (sentido biológico, cultural, social, religioso, político).

A sua recriação como agricultor familiar moderno implica em desestruturar esta lógica milenar, romper com um modo de vida herdado dos ancestrais. Podemos imaginar o que significa a modernização da concepção e das relações de trabalho. No que se refere ao lugar do trabalho na vida, pouco altera, pois os colonos já o têm como centralidade. Mas no que se refere a sua relação com o tempo, as mudanças são de tipo estrutural, são subversivas. Evidentemente produzem insegurança e resistências que aparentam conservadorismo ou tradicionalismo. Na realidade, significam antes de tudo uma certa prudência de salvaguarda do patrimônio familiar (Cf *Miranda*, 1995).

Um amplo leque de possibilidades se define a partir desse tipo de empresário moderno, e age como ideal de referência ideológica, segundo se orientam mais ou menos pela lógica do mercado. A adoção dessa referência ideal significa profunda interação com a sociedade global, pois estabelece

“não somente outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, com o mercado, mas também, outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. De fato, ele forjou uma outra concepção dele mesmo e de sua profissão” (Lamarche, 1994 p. 4).

A produção em prioridade de mercadorias visa reproduzir a família e o patrimônio (material, social e cultural) e melhorar a qua-

lidade de vida. Secundariamente, produz para sua subsistência. Aí está a diferença principal em relação à burguesia que produz somente mercadorias visando a acumulação. O colono não acumula (no sentido do capitalismo) através das mercadorias, em parte porque ele tem uma visão de mundo e um projeto de vida, que não contemplam a acumulação e em parte porque os mecanismos de controle impedem que ele o faça, mesmo que o queira, salvo raras exceções. Por isso, a tendência é esse produtor modernizado inserir-se no contexto dos complexos agroindustriais. A inserção nesse contexto implica em ruptura da relação tradicional trabalho-tempo, pela submissão à racionalidade burguesa.

4) **Agricultor familiar tradicional** (Caboclo). O trabalho é necessário e parte relativa da vida. É esta que comanda o **uso do tempo** o qual subordina o trabalho enquanto uma dimensão da reprodução da vida. Por isso as técnicas de produtividade pouco significam. Estabelece uma relação com o natural que o torna parte de si mesmo e sua preservação é essencial para o espaço-tempo da vida. O

trabalho não pode destruir essa natureza implantando uma cultura estranha. O excedente é produzido para garantir a reprodução familiar e a qualidade de vida.

A terra é *espaço e lugar de vida*, necessária para a reprodução familiar (biológica, social e religiosa, pois acredita nos espíritos da natureza) em sentido aberto, incluído o compadrio. Juntamente com a natureza, a terra é condição da identidade. O *trabalho* se orienta pela lógica da *subsistência* familiar, assemelhando-o ao que a literatura tradicional chama de *camponeses*, e que denominamos modelo *caboclo*⁴. A matriz sócio-econômica e cultural desse segundo tipo assenta-se na *aldeia indígena* e na *fazenda latifundiária*⁵. Do indígena herdou a idéia da terra *fonte geradora* da vida, num sentido cosmológico, cuja possessão sempre é “provisória” e serve para atender necessidades imediatas. Do latifundiário, a idéia de patrimônio, porém, expandiu para a família “ampliada” (matriz aldeã) e de uso produtivo tradicional. Na falta da terra, não somente se exclui como se aniquila, pois sua reprodução social é inviável através de outras alternativas.

O mesmo espaço é pleno de significações, pois ao mesmo tempo que ele é de trabalho, o é também de lazer e ócio, de construção das redes de parentesco, de convívio com a natureza, enfim de transcurso da vida, quase por inteiro.

É possível portanto imaginar o impacto que gera na estrutura de vida e de representação cabocla, a modernização entendida em primeiro lugar como imposição da centralidade ética do trabalho e em segundo lugar como a implantação de relações capitalistas e de métodos e técnicas de trabalho que busquem aumentar a produtividade do tempo de trabalho. É uma dupla “conversão” ou reversão do “*modus vivendi*” da cultura cabocla. A centralidade ética do trabalho na vida moderna, implica em condição de inserção ou de exclusão e o tempo passa a ser o “senhor da vida”, pois é ele que serve como medida de cidadania e de direitos⁶.

Os contatos entre identidades culturalmente diferentes são sempre tensos e geradores de conflitos no campo das idéias, dos valores, entre os quais o do trabalho – que é central – e o das formas e

⁴ Os caboclos são os que melhor incorporaram a (re)produção histórica deste modelo sendo, portanto, referência obrigatória no estudo da agricultura familiar.

⁵ Parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná, originaram-se nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século passado, com o deslocamento de indígenas subjugados, principalmente das *Missões* e que em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente. Nestas propriedades serviram como *moradores*, responsáveis pelas culturas de subsistência, até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feito pela *colônia* e a introdução de melhorias tecnológicas na pecuária dispensaram o uso dessa força de trabalho. Foram “expulsos” para as áreas de matas – “terras devolutas” e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial.

⁶ É preciso tempo para aprender, tempo para ter acesso a diversos direitos, tempo para aposentadoria. Cria-se o tempo de trabalho, tempo de lazer, tempo de vida útil, tempo perdido.

significados da apropriação e uso do espaço. O conflito foi, historicamente, a única linguagem entre o caboclo e os demais atores coletivos: índios, fazendeiros, colonos, aventureiros e militares. Isto o torna um *anti-herói* da história oficial, mas, ao mesmo tempo também um *herói* que encarna valores que o identitário *gaúcho*, por exemplo, se apropria: lealdade, valoroso, bondoso, místico, religioso, respeitador do meio ambiente. Já o *Bugre*, seria o “Gaúcho” rebelado (Cf *Martini*, 1993), capaz de enfrentar o pai que o renegou (fazendeiro, instituições oficiais ...), por isso mesmo estigma⁷ que o fazendeiro transfere ao colono que transfere ao caboclo, este o transfere ao bugre.

Durante a transição para a consolidação burguesa no Brasil (a grosso modo 1920-60), alimentou-se um grande debate sobre a integração do elemento *nacional* no processo de desenvolvimento, especialmente no período 1930 a 1945. Integração esta pela via do *trabalho produtivo*

agrícola, ou produzir para o mercado. No debate comparava-se a *força de trabalho* imigrante com o chamado “elemento nacional” ou caboclo. *Vainer & Azevedo* mostram como o preconceito sobre os *nacionais* interfere na decisão favorável aos imigrantes sob o argumento central da pretensa incapacidade daqueles para o trabalho. Seria necessário, segundo esta visão, grandes investimentos para disciplinar e formar o *nacional* para o trabalho produtivo, pois ele “*não estava preparado para o trabalho extenuante de nossos cultivos. Seus hábitos um pouco indígenas de viver e seus métodos de trabalho incertos*” (*Vainer & Azevedo*, p. 14, grifo no original)⁸.

5) **Agricultura assalariada.** O trabalho é associado à sociedade moderno-industrial, e concebe a terra como um “lugar” de *subjugação* pelo *trabalho* mercantilizado e proletário. Engendra um processo de expropriação do trabalho, do saber empírico e técnico sobre o uso da terra, e tam-

bém do sonho de possuí-la como *lugar* de realização de um projeto de vida.

Nesta tipologia não estão sendo enquadrados os excluídos do modelo institucional vigente como os indígenas e aqueles que vivem à margem dos processos sociais e econômicos, para quem a terra tem significados diferentes segundo a experiência histórica ou condição de vida específicas, quais sejam a Indígena, a dos biscateiros/tarefeiros e dos totalmente excluídos (“andarihos”, por exemplo)⁹.

III – A Ambigüidade do Trabalho na Relação Agricultores Familiares e os CAIs

A presença da agroindústria no meio rural introduz novos conceitos e é fonte de novos conflitos sociais. Tais conflitos colocam no mesmo “campo” os agricultores e os técnicos e raramente os empresários agroindustriais e de

• • • • •

⁷ O estigma visa tornar o processo social excludente e aparentar as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real. Responsabiliza os estigmatizados pela sua exclusão, como resultado da incapacidade de adaptação ao meio ou ao trabalho (no caso dos caboclos). Visa, enfim, evitar a negação do modelo social que lhes é estruturalmente excludente.

⁸ Esta ausência de disciplina e regularidade no trabalho são argumentos constantemente repetidos até hoje. Deste debate nasceu o programa governamental de *colônias agrícolas* (Cf *Santos*, 1993), entre elas a CANGO de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná.

⁹ Para a *indígena*, a terra é um espaço integrado à vida da comunidade (aldeia) e não pode ser subjugada, dividida ou apropriada privadamente. A terra comunitária é essencial para a reprodução da “tribo” ou da nação indígena. A dos *Biscateiros/tarefeiros*, heterogêneos, situa-se no limite entre proletário e biscateiros parcialmente inseridos no sistema formal de trabalho. Executam tarefas esporádicas, sem estabelecer relações formais, sendo remunerados de diversas modalidades. Seu engajamento nas lutas é pontual e em função de vantagens imediatas. A dos *Marginalizados* ou totalmente excluídos do mercado formal de trabalho, próximos ao parasitismo, dependentes mais da bondade e filantropia da sociedade do que de suas iniciativas e capacidades de trabalho. Suas aspirações raramente ultrapassam as da sobrevivência biológica. Analfabeto e sem nenhuma formação profissional, sua participação nas mobilizações só acontece por coerção social ou cooptação. Constituem um peso social e as alternativas, a curto prazo, são de tipo filantrópico e assistencialista.

negócios¹⁰. A estratégia empresarial dese apresentar como indústria para o *mundo rural* e como agro para o *mundo urbano* (industrial) possibilita uma representação ambígua (inclusive para nós estudiosos), uma espécie de “identidade específica”, amorfa ou camaleônica. Com isto escapa da visibilidade e do controle social.

A montante, tais conflitos e ambigüidades se expressam no *campo* das relações entre os produtores, os técnicos e as instituições geradoras e difusoras do saber. Nesse campo, o agricultor é instigado contra o fabricante de insumos e de equipamentos ou contra as instituições de crédito, contra o Estado. Nesse nível, surgem conflitos do tipo trabalho *versus* tempo *versus* produtividade *versus* tecnologia *versus* agentes.

Uma outra dimensão estratégica desta ambigüidade é a mistificação do modelo tecnológico. Sobre isto já existe literatura que discute e analisa o chamado “Modelo do Pacote Tecnológico”, que trata do processo modernizante na agricultura dos anos 70 até metade dos anos 80. Este modelo está sendo fortemente questionado (Cf. *Aguiar*, R.C., 1986) e sua crítica já foi feita. Mas a mistificação do tecnológico tem uma força muito grande no sentido de colocar para os agricultores a tecnologia como uma espécie de solução doutrinária

quase religiosa, mágica, única, exclusiva e absoluta. Ou seja, ou adota determinada tecnologia ou está excluído e marginalizado. Se adota esta tecnologia, vai ter lucro: “se você adotar isso vai ter o paraíso!” É por isso que a estou classificando como doutrinária. Ela é apresentada com estrutura doutrinária, ou seja, de salvação, de resgate do mundo da pobreza, situação em que vive e trabalha a maioria dos agricultores familiares visando introduzi-los num “novo mundo”. E efetivamente introduzem-nos neste “novo mundo”. Mas não necessariamente é o mundo do paraíso. Às vezes não chega sequer ao purgatório. Tal mistificação do modelo tecnológico abafa a discussão e a consciência política dos agricultores e de suas organizações de classe.

Esta problemática da tecnologia como amaciadora e encobridora de conflitos impede os agricultores de se organizarem e perceberem que a questão principal não está no preço do produto (não adianta aumentar o preço do produto e pagar mais pelo trator, pelo adubo e pelo insumo) mas está no modelo tecnológico. Toda mudança tecnológica traz consigo implicações para a produção, para a organização e produtividade do *trabalho*.

Há um tempo de ocupação neste trabalho e há uma perícia, ou uma qualificação necessária para

produzir. Enquanto no mundo operário quanto mais moderno, a qualificação exigida é mais específica, restrita (embora estejam ocorrendo mudanças ainda pouco conhecidas), no mundo agrícola quanto mais moderno, mais abrangente e complexa a qualificação exigida. Para o autor citado,

“se há alguma coisa que distancia a agricultura do imaginário industrial, é bem esta; à desqualificação do trabalho do operário pode-se opor o aumento das exigências de qualificação do trabalho agrícola, cada vez mais complexo” (Jean, B. 1994 p. 55).

O resultado disso, ou seja, a qualidade e a produtividade não retorna para o agricultor e, em nosso país, nem para as classes e categorias subalternas.

IV – Questões Emergentes para a Pesquisa

Algumas questões relacionadas ao trabalho se colocam, como desafios para pesquisa.

1) A questão da multiprofissionalidade resultante da diversificação. Estudos mostram que agricultores dos países industrializados, quanto mais equipados, quanto mais produtivistas, menos autônomos são e mais dependentes do mercado se tornam. A alterna-

• • • • •
• ¹⁰ Empresários agroindustriais de negócios, inclui atores sociais de diversos segmentos das Cadeias de Complexos Agroalimentares e distribuídos em “lugares” diversos no segmento. Exemplo, no segmento distribuição seriam tanto os proprietários quanto os quadros diretivos (executivos) de Transporte, Supermercados, Exportação, etc.

tiva que a Comunidade Econômica Européia está propondo para esses agricultores altamente modernizados e monocultores é a diversificação, com dois ou mais produtos de mercado. É uma mudança importante que afeta também *relações de trabalho*. Precisam aprender duas ou mais atividades diferentes em que precisam ser eficientes.

2) A pluriatividade também é entre nós um tema emergente para estudo. Mas o que é pluriatividade? Pluriatividade significa ter na agricultura a atividade principal enquanto núcleo familiar, e ter outras atividades fora da agricultura, complementares, como, por exemplo, costurar sapatos que as fábricas de calçados levam até sua casa. Eles não são operários típicos, e precisam gerir esta situação. É muito comum a mão-de-obra feminina trabalhar em hospitais, escolas e outros serviços. A pluriatividade estabelece “novos” contratos e relações de trabalho, diversificando as fontes de renda e, portanto, as “profissões” do núcleo familiar que se converte numa micro “empresa” pluriativa.

3) A questão da ética, que havia saído da moda, está retornando. E por incrível que pareça, é no contexto do consumo e da competitividade que ela se reatualiza. Está presente também na questão do meio ambiente. É muito importante, por exemplo no meio rural, a relação ética com o meio ambi-

ente e no processo produtivo, no cotidiano da vida dos agricultores. Nesta perspectiva da ética é importante resgatar as concepções de trabalho (levantadas no início), discutir e analisar o que significa *tempo de trabalho* para uns e para outros. É um estudo altamente interessante e fascinante. Por exemplo, o produtor moderno ao qual me referi, tradicionalmente geriria seu tempo pela quantidade de trabalho. Quanto mais tempo trabalha, mais produz. Pressupondo um patamar tecnológico equalizado entre todos, o diferencial seria dado pela quantidade (tempo) de trabalho. Daí a crença clericalizada de que as famílias numerosas seriam abençoadas por Deus e teriam um bom padrão de vida. A “bênção” divina de ter muitos filhos aumenta a força de trabalho. Essas famílias numerosas teriam mais produção (“abençoadas”) e melhor padrão de vida¹¹. A Igreja difundiu esta versão, atribuindo caráter doutrinário para convencer. Na prática funcionou como uma estratégia de reprodução familiar, de melhoria da qualidade de vida. Ora, com a modernização, o que acontece? Chega o técnico e diz “você tem que aumentar a produtividade sem aumentar o tempo de trabalho”. O que isto significa para a lógica do agricultor! Representa uma ruptura com sua trajetória, com toda a sua tradição, com sua matriz cultural de que mais tempo de trabalho e mais trabalhadores significava mais produção, melhor qualidade de vida.

Através da questão ética pode-se analisar a relação do homem com a natureza, com o meio cultural, com o tempo de trabalho e com o espaço em que se concretiza este tempo e se realizam os objetivos pessoais e familiares; pode-se também analisar criticamente o modelo de desenvolvimento, e, através dele, a sociedade.

O trabalho para grande parte dos agricultores familiares modernos, representa ao mesmo tempo uma necessidade (um dever) e um valor ético. Ambas dimensões ocultam a de agregação de valor material ou econômico ao resultado obtido. Nesta perspectiva, o trabalho “dignifica” o ser humano em si mesmo, logo quanto mais (tempo) trabalhar, mais digno e honrado. Fora o trabalho, somente a religião e o descanso (como recomposição de energias para o trabalho) têm legitimação social.

Esta relação leva a uma certa submissão ao “natural”, sem a devida “motivação” para superar os limites deste natural. Submissão inexorável à terra, em vez de “impor-lhe” o significado. Tal concepção entra em confronto com o discurso dominante dos técnicos e lideranças que pregam a transformação, mesmo que respeitando a concepção de equilíbrio do meio ambiente e adoção de tecnologias “alternativas”. A racionalidade imposta pela vinculação com o mercado, pela mudança na relação com a terra, pela introdução

• • • • •

¹¹ Algumas, inclusive, transitaram para empresários capitalistas, como bem mostra o filme recente “O Quatrilho”.

de novos produtos e pela conversão da tradição de produzir pela lógica da autossustentação pela comercial ou empresarial, impõe rupturas.

V – Conclusão

Na percepção tradicional dos agricultores familiares, a idéia de trabalho está intimamente ligada à de *tempo*. E esta se confronta com a de resultado num sentido linear, ou seja, o tempo de trabalho é que define o resultado ou quantidade produzida, portanto, o tempo é subordinado ao trabalho e este determina a *produtividade*.

A diferenciação entre tempo de trabalho, tempo de lazer e tempo da comunidade (este como um “tempo” político) implica ruptura com o saber histórico (a vida se sucede num único tempo, só rompido pela doença, pela morte ou pela exclusão, êxodo, por exemplo) dos que vivem num mesmo espaço. Porém é possível revalorizar o tempo de convivência, de lazer, de cultura, de passeio, etc. A qualidade de vida não pode ser entendida apenas em função do tempo-trabalho ou de trabalho-tempo, muito menos da produtividade imposta pelo uso do tempo tendo o trabalho como centralidade ética.

VI – Bibliografia

- AGUIAR, Ronaldo Conde de. *Abrindo o pacote tecnológico*. São Paulo, Polis/CNPq, 1986.
- BOULIN, Jean-Yves; GILBERT, Cette; TADDÉI, Dominique (Orgs.). *Le temps de travail*. Paris: Syros, 1993.
- CONSELHO DELIBERATIVO DO DIAGNÓSTICO REGIONAL. *Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, ASSESOAR/DESER/UNIJIÚ, 1992 (mimeo).
- CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO RURECO. *Diagnóstico, avaliação e perspectivas do trabalho da RURECO para o desenvolvimento da agricultura familiar do Centro-Oeste do Paraná*. Guarapuava, Fundação RURECO, AS-PTA, UFRGS, 1994.
- FLEMING-MORAN, Millicent; MORAN, Emílio F. “O surgimento de classes sociais numa comunidade planejada para ser igualitária” In. *Boletim do museu paraense Emílio Goeldi*. Belém, CNPq/INPA, n.º.69, jun. 1978: 1-38.
- GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do sul. In *Cadernos de Sociologia* n.º.6. Porto Alegre, PPGS-UFRGS, 1994, p.154-176.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa, Edições 70, 1968.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In *Cadernos de Sociologia/PPGS-UFRGS*. V.6, Porto Alegre, PPGS-UFRGS, 1994, p. 51-75.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder: história da questão agrária*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- LAMARCHE, Hugues. “Análise da Empresa Familiar Agrícola ou Industrial”. In *Le Monde Rural et les Sciences Sociales: Omission ou Fascination?* Paris, Association des Ruralistes Français, 19º Colóquio, 1994.
- LAMARCHE, Hugues. *L'agriculture familiale, vers une théorie de l'exploitation agricole familiale*. Tomo 2. Paris, L'Harmattan, 1993.
- MARTINI, Maria Luiza F. *Sobre o Caboclo-camponês: um gaúcho a pé*. Porto Alegre, UFRGS/PPGS, 1993 (dissertação).
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- MIRANDA, Cláudio Rocha de. *A tecnologia agropecuária e os produtores familiares de suínos de Oeste Catarinense*. Porto Alegre, UFRGS/PPGS, 1995 (Dissertação).
- NEUFVILE, Stéphane. Travail et loisirs, histoire d'un divorce. In *Alternatives Economiques*, Paris, n.º 139, jul.-ago. 1996 p. 46.
- VAINER, Carlos Bernardo et AZEVEDO, Vânia Ramos de. *Classificar, selecionar, localizar; notas sobre a questão racial e a migração*. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, s/d.
- WILKINSON, John. *O estado, a agro-indústria e a pequena produção*. São Paulo, HUCITEC/CEPAB, 1986.